

URBANIZAÇÃO NA AMÉRICA: FORMAÇÃO DE CIDADES DO LITORAL AO INTERIOR

URBANIZATION IN THE AMERICA:
FORMATION OF CITIES FROM THE COAST TO THE INTERIOR

Lúcia Helena Gaeta Aleixo¹

Resumo

O presente artigo analisa a influência das políticas governamentais na urbanização de Cuiabá durante a década de 1930, destacando as transformações urbanas decorrentes do processo de centralização política instaurado com a Revolução de 1930 e o governo de Getúlio Vargas. Partindo de uma contextualização histórica que abrange o período colonial e imperial, busca-se compreender as continuidades e rupturas que marcaram a formação urbana mato-grossense. As políticas de modernização implantadas nesse período, voltadas à infraestrutura, saneamento e integração territorial, tiveram papel decisivo na reconfiguração espacial e simbólica da capital. Entretanto, tais intervenções ocorreram de forma desigual, privilegiando o centro urbano e as elites locais, em detrimento das camadas populares. Conclui-se que, embora as ações governamentais dos anos 1930 tenham inserido Cuiabá no projeto nacional de modernização, o processo manteve traços excludentes herdados de sua formação histórica.

Palavras-chave: Urbanização; Cuiabá; Políticas governamentais; Década de 1930; Modernização.

Abstract

This article analyzes the influence of governmental policies on the urbanization of Cuiabá during the 1930s, emphasizing the urban transformations resulting from the political centralization established after the 1930 Revolution and the Getúlio Vargas administration. Starting with a historical contextualization that encompasses the colonial and imperial periods, the study seeks to understand the continuities and ruptures that shaped urban development in Mato Grosso. The modernization policies implemented during this period—focused on infrastructure, sanitation, and territorial integration—played a decisive role in the spatial and symbolic reconfiguration of the city. However, these interventions occurred unequally, benefiting the urban center and local elites while excluding the lower classes. The study concludes that although governmental actions of the 1930s integrated Cuiabá into the national modernization project, the process maintained exclusionary characteristics inherited from its historical formation.

Keywords: Urbanization; Cuiabá; Governmental policies; 1930s; Modernization

¹ Mestra em História Social pela PUC de São Paulo e Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo, professora no Centro Universitário de Várzea Grande- UNIVAG.

INTRODUÇÃO

O estudo da urbanização no Brasil se inicia no período colonial e nos mostra como a ocupação portuguesa transformou este território desde o litoral até o interior, moldando cidades com características próprias que se adaptavam às condições geográficas, sociais e econômicas locais. Ao mesmo tempo, o contraste com o modelo urbano espanhol na América Latina evidencia diferentes concepções de planejamento, controle e simbolismo do poder colonial. Esta análise busca compreender os processos de formação de cidades como Salvador, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Cuiabá, examinando tanto os fatores econômicos e estratégicos quanto os colonizadores portugueses que trouxeram a ideologia europeia da criação de cidades bem como a improvisação resultante das condições locais. O estudo permite identificar o mosaico urbano resultante da colonização portuguesa e compará-lo com a uniformidade e centralidade observadas nas cidades espanholas, destacando o caráter híbrido e adaptativo das vilas coloniais interioranas brasileiras. Destaco ainda as iniciativas de modernização propostas durante o governo de Getúlio Vargas na década de 1930.

CIDADES COLONIAIS

A formação das cidades coloniais no Brasil revela a diversidade de funções, contextos geopolíticos e estratégias administrativas adotadas pela Coroa Portuguesa por ocasião da ocupação do território brasileiro.

Assim, Recife (1537), Rio de Janeiro (1565) e São Paulo (1554) são exemplos paradigmáticos dessa pluralidade, pois, embora contemporâneos no período colonial, apresentam origens, agentes fundadores e funções iniciais bastante distintas.

A gênese de Recife está vinculada à ocupação colonial portuguesa e à estrutura socioeconômica implantada na capitania de Pernambuco a partir da primeira metade do século XVI. Antes da presença europeia, a região era ocupada por povos indígenas, notadamente os caetés, que exploravam o ambiente costeiro para pesca, coleta e atividades de subsistência conforme nos relata FREYRE, (1936).

Com a doação da Capitania de Pernambuco, em 1534, a Duarte Coelho Pereira, instituiu-se a sede administrativa na vila de Olinda, localizada em um sítio elevado e estratégico (SOUZA, 2004). Contudo, a dinâmica econômica da produção açucareira exigia um ponto de embarque eficiente. Nesse contexto, em **12 de março de 1537**, a Coroa Portuguesa reconheceu formalmente a instalação de um porto na embocadura dos rios Capibaribe e Beberibe, protegido por formações rochosas naturais — os arrecifes —, de onde deriva o topônimo "**Recife**" (MELLO, 2014).

Inicialmente concebido como arrabalde de Olinda, Recife desenvolveu-se como entreposto marítimo, abrigando pescadores, marinheiros, artesãos e comerciantes. Sua posição geográfica conferiu-lhe papel central na exportação do açúcar e na recepção de mercadorias europeias, criando uma malha de relações econômicas que gradativamente o diferenciaria da sede administrativa (ALBUQUERQUE JR., 1999).

A ocupação holandesa (1630–1654) representou um marco na transformação urbana e institucional da localidade. Sob o governo de **Johan Maurits van Nassau** (1637–1644), implementou-se um ambicioso programa de obras públicas, incluindo canais, pontes, diques e edificações, além de um plano urbanístico regular que deu origem à denominada **Cidade Maurícia** (BOXER, 2000). Essas intervenções modernizaram a infraestrutura e conferiram ao Recife um perfil urbano distinto no contexto colonial.

Após a expulsão dos holandeses, o porto manteve sua relevância e, no século XVIII, a supremacia econômica recifense sobre Olinda provocou tensões sociais e políticas, culminando na **Guerra dos Mascates** (1710–1711), que resultou na elevação de Recife à categoria de vila autônoma (MELLO, 2003). A consolidação política viria em 1823, quando Recife foi designada capital da província de Pernambuco, substituindo a cidade de Olinda definitivamente.

Assim, a história do Recife ilustra o papel estratégico dos portos coloniais na articulação entre economia, política e urbanização no Brasil, e demonstra como as transformações no espaço urbano estão intrinsecamente ligadas a processos econômicos globais e disputas de poder locais. Convém lembrar que o **açúcar** era o produto mais lucrativo da economia colonial portuguesa. Antes da invasão, os **holandeses já dominavam o refino, transporte e comércio internacional do açúcar** produzido no

Nordeste brasileiro, principalmente via portos de Lisboa e Antuérpia. Com a União Ibérica, os espanhóis proibiram o comércio com seus inimigos holandeses, o que levou os Países Baixos a buscar controle direto sobre as áreas produtoras — isto é, invadir o Nordeste do Brasil. Ao conquistar partes do território luso-brasileiro, os holandeses atingiam economicamente o Império Espanhol, minando sua principal fonte de riqueza colonial.

A região Nordeste, especialmente Pernambuco, oferecia portos estratégicos (Recife, Olinda) além de acesso ao interior açucareiro. Sob o governo de Maurício de Nassau (1637–1644), os holandeses tentaram estabelecer uma colônia estável, com incentivos à imigração, tolerância religiosa e apoio às ciências e às artes — o que mostra que o projeto também tinha caráter político e cultural, embora subordinado ao comércio de cunho mercantilista.

O século XIX assistiu a um processo de modernização urbana marcado pela introdução da iluminação pública, do transporte por bondes, da abertura de praças e da ampliação do traçado urbano. Já no século XX, a cidade expandiu suas funções industriais, portuárias e culturais, consolidando-se como metrópole regional e centro de inovação, preservando, entretanto, os traços históricos de sua formação (CAVALCANTI, 2010).

A cidade do Rio de Janeiro, por sua vez, nasceu com a função geopolítica militar para a defesa da costa da colônia. Fundada em 1º de março de 1565 por Estácio de Sá, como um forte-São Sebastião do Rio de Janeiro, teve por objetivo central expulsar os franceses instalados na baía de Guanabara e controlar o litoral sul do Brasil (ABREU, 2008). Sua função inicial foi a defesa territorial, operando como fortificação avançada e base militar.

Após a expulsão francesa em 1567, o núcleo foi transferido para o Morro do Castelo e começou a desenvolver-se como centro administrativo e comercial, tornando-se, no século XVIII, o principal porto de escoamento do ouro de Minas Gerais e, a partir de 1763, a capital da Colônia. (COSTA, 2011).

A fundação de São Paulo ocorreu em 25 de janeiro de 1554 e reflete a lógica missionária e interiorana da colonização. Criada pelos jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta como Colégio de São Paulo de Piratininga, tinha como objetivo catequizar populações indígenas e servir de base para a penetração portuguesa no interior (MONTEIRO, 1994). Isolada das rotas marítimas e com economia voltada à subsistência, o núcleo consolidou-se como ponto de partida das expedições bandeirantes, responsáveis pela ampliação das fronteiras coloniais além dos limites do Tratado de Tordesilhas (MONBEIG, 1984).

Ao compararmos as fundações destas três cidades, nota-se que Recife teve origem portuária e comercial, voltada para a exportação; Rio de Janeiro nasceu com função militar e defensiva, no contexto das disputas coloniais; e São Paulo surgiu com vocação missionária e interiorana, relacionada à catequese e à exploração territorial. Essas diferenças de gênese influenciaram diretamente a trajetória urbana de cada uma: Recife se consolidou como centro mercantil atlântico, Rio de Janeiro como capital política e econômica do Brasil colônia, e São Paulo como núcleo de interiorização e expansão territorial.

Assim, o estudo comparativo revela que as cidades coloniais brasileiras, embora sujeitas à mesma autoridade metropolitana, desenvolveram-se segundo funções iniciais distintas, moldadas por fatores geográficos, geopolíticos e econômicos específicos. Essas funções, por sua vez, deixaram marcas profundas na estrutura urbana e na memória histórica de cada uma dessas localidades.

O Rio de Janeiro, fundado em 1565 para proteger a baía de Guanabara contra incursões estrangeiras, cresceu como porto exportador e, a partir de 1763, tornou-se capital, impulsionando reformas urbanas e fortalecimento militar. São Paulo, por sua vez, nasceu como povoado missionário em 1554, expandindo-se lentamente para o interior e servindo de ponto de partida para bandeiras e entradas que viabilizaram a penetração e ocupação do sertão.

CUIABÁ NO SÉCULO XVIII: URBANIZAÇÃO, SOCIEDADE E REPRESENTAÇÕES

A cidade de Cuiabá, no século XVIII, constitui um exemplo singular do processo de urbanização colonial no interior da América portuguesa. Seu surgimento está diretamente relacionado à expansão bandeirante e às descobertas auríferas na região do rio Coxipó, em 1719, que atraíram grupos de paulistas e iniciaram a formação de um arraial minerador.

Em 1727, a Coroa portuguesa elevou o núcleo à condição de vila, sob a denominação de **Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá**, com a instalação da Câmara, da cadeia e da Igreja Matriz, elementos essenciais do modelo urbano português. O auto de fundação descreve esse momento ao afirmar: *“E logo nesta dita Vila, no arraial do Cuiabá, se erigiu a Câmara, com sua cadeia, e se declarou praça pública diante da Igreja do Senhor Bom Jesus”* (Auto de criação da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1727).

O crescimento urbano de Cuiabá foi marcado pela ausência de planejamento geométrico. Ao contrário das cidades espanholas, fundadas segundo traçados regulares, a vila cuiabana desenvolveu-se de forma orgânica, adaptada ao relevo, aos cursos d’água e às necessidades imediatas da mineração. Suas ruas eram estreitas, de chão batido, e as construções, em sua maioria, feitas de taipa, adobe e madeira, cobertas de telha ou palha. Apenas os edifícios oficiais e religiosos, como a matriz e algumas capelas, possuíam maior solidez e se destacavam na paisagem.

O governador Antônio Rolim de Moura, em correspondência à Coroa, deixou uma descrição reveladora: *“As casas são baixas e de pouca fábrica, feitas de taipa e cobertas de telha ou palha. Suas ruas são mal alinhadas, e a população vive com o necessário para a mineração, carecendo de comodidades e abundâncias que se encontram nas praças do litoral”* (Rolim de Moura, 1750).

A sociedade cuiabana do período setecentista era heterogênea e marcada pela pluralidade étnica. Portugueses, paulistas, africanos escravizados, indígenas e mestiços compunham a população urbana. A mineração, apesar de lucrativa, não proporcionava

conforto material, visto que a região enfrentava o isolamento e as dificuldades de abastecimento.

O transporte de mercadorias dependia de longas rotas fluviais e terrestres, ligando Cuiabá a São Paulo e Goiás, o que encarecia produtos e reforçava a autossuficiência local. Frei José Mariano da Conceição Velloso, ao visitar a região no final do século XVIII, observou: *“Vive-se nesta vila com simplicidade e pobreza, ainda que seja abundante em ouro. A comunicação com o Reino é dificultosa, e por isso o povo contenta-se com o necessário, fazendo das festas religiosas e procissões o maior ornamento de sua vida social”* (apud TAUNAY, 1924, p. 213).

O isolamento não impediu, contudo, a existência de práticas de sociabilidade e distinção. As irmandades religiosas, como a do Rosário, reuniam tanto brancos quanto negros e mestiços, ainda que em espaços hierarquizados.

O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, em sua **Viagem Filosófica ao Brasil** (1783–1792), também deixou impressões sobre a região: *“O povo é industrioso e afeito ao trabalho, mas vive com parcimônia, visto que o ouro, ainda que abundante, não se traduz em riqueza visível nas ruas e casas da povoação”* (FERREIRA, 1789).

A importância estratégica de Cuiabá não pode ser negligenciada. Mesmo após a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, como capital da capitania de Mato Grosso, Cuiabá manteve-se como centro administrativo e polo articulador da ocupação portuguesa no Oeste. Seu valor não estava apenas na produção aurífera, mas também no papel que exercia como ponto de sustentação da presença lusa em uma região fronteira em disputa com a Espanha. O próprio governador Rolim de Moura destacou, em outro trecho, que *“sem Cuiabá, ficaria despovoada a comunicação para o sertão, e fraca a defesa da Coroa nestes limites”* (Correspondência, 1756).

Assim, a Cuiabá do século XVIII apresenta-se como uma cidade mineradora de urbanização irregular, marcada pela precariedade material, mas dotada de intensa vida social e religiosa. O contraste entre a riqueza aurífera e a simplicidade do cotidiano expressa a ambiguidade própria das vilas do interior colonial. Se, de um lado, cronistas e autoridades descrevem-na como um espaço pobre e desordenado, de outro, os registros

documentais e relatos de viajantes revelam uma comunidade que, apesar das adversidades, construiu instituições, práticas de sociabilidade e uma identidade urbana própria, que permitiram a sua permanência e projeção ao longo do período colonial.

O coração urbano era formado por um conjunto monumental: o Palácio dos Capitães-Generais, ergueu-se como residência oficial do governador, em taipa de pilão com cunhais de pedra canga e interiores decorados com talha dourada. Esse edifício inaugurou o núcleo da vila, junto da Câmara, cadeia, Casa de Fundação, quartel, Matriz, e igrejas de Santo Antônio dos Militares e de Nossa Senhora do Carmo

Nas possessões espanholas, as missões na região de Chiquitos desempenharam papel análogo no processo de ocupação e defesa do território. Instaladas entre os séculos XVII e XVIII, essas missões jesuíticas funcionavam como centros urbanos e agrícolas, concentrando a população indígena sob supervisão religiosa e militar, consolidando a presença espanhola em áreas de fronteira e criando redes de produção e intercâmbio regional. As missões contribuíam tanto para a defesa estratégica contra incursões de povos não submetidos e de potências rivais quanto para a fixação demográfica em regiões de difícil acesso, garantindo o controle efetivo do território espanhol e a sustentabilidade econômica através da produção de alimentos, artesanatos e excedentes comerciais.

Além disso, a presença de quilombos na fronteira espanhola, formados por grupos de africanos fugitivos e mestiços, impactava a ocupação colonial. Os quilombos representavam resistência à dominação e ao trabalho forçado, mas também criavam barreiras e zonas de tensão que influenciavam as estratégias militares, de colonização e defesa do território, obrigando tanto portugueses quanto espanhóis a construir fortalezas, rotas comerciais seguras e alianças com populações indígenas.

O processo de urbanização na América Ibérica apresentou diferenças marcantes entre a colônia portuguesa e as possessões espanholas, derivadas de fatores políticos, econômicos, jurídicos e culturais. Embora ambos os impérios tenham partido de um horizonte comum — a expansão ultramarina europeia e a exploração econômica das colônias —, suas cidades assumiram formas e funções bastante distintas.

Na América Espanhola, a fundação de cidades foi parte de uma estratégia meticulosamente planejada pela Coroa, codificada em documentos como as Ordenanzas de Descubrimiento, Nueva Población y Pacificación de 1573² que definiam padrões para a localização, traçado e organização política das urbes (MUMFORD, 2002). Essas diretrizes resultaram em cidades com traçado em xadrez (planta ortogonal), praça central (Plaza Mayor), delimitação de bairros e hierarquia funcional clara: centro político-administrativo, área comercial e zonas residenciais estratificadas. Além da função administrativa, essas cidades atuavam como polos de irradiação da fé católica e centros de controle da população indígena, integrando uma rede urbana articulada e centralizada. ³ (HARDOY, 1991).

Já na América Portuguesa, a fundação de cidades seguiu padrões menos rígidos, devido à ausência de uma legislação urbanística sistemática e à própria natureza da colonização lusa, mais voltada para a exploração de recursos específicos (açúcar, ouro, pau-brasil) e para a ocupação costeira inicial ⁴ (REIS FILHO, 2000). As cidades surgiam muitas vezes de maneira orgânica e adaptada ao relevo⁵, seja em função da defesa (como o Rio de Janeiro), do comércio portuário (Recife, Salvador) ou de atividades missionárias e sertanistas (São Paulo). O traçado era frequentemente irregular, acompanhando a topografia, e as funções urbanas variavam de acordo com o ciclo econômico predominante.⁶

Do ponto de vista funcional, as cidades espanholas possuíam maior homogeneidade e previsibilidade, sendo instrumentos diretos da administração colonial centralizada em Lima, Cidade do México e outras capitais regionais⁷. Já as cidades portuguesas desempenhavam papéis mais heterogêneos e dispersos, refletindo a flexibilidade administrativa da colônia, que só teve sua capital fixada no Rio de Janeiro

² *Ordenanzas de Descubrimiento, Nueva Población y Pacificación*, de 13 de julho de 1573, promulgadas por Felipe II. O documento regulamentava a fundação e a organização de povoados e cidades no território americano.

³ HARDOY, Jorge E. *Ciudades precolombinas y coloniales de América Latina*. Buenos Aires: Infinito, 1991, p. 115–118.

⁴ MUMFORD, Jeremy. *Vertical Empire: The General Resettlement of Indians in the Colonial Andes*. Durham: Duke University Press, 2002, p. 62–68.

⁵ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 25–27.

⁶ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 101–102.

⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995, p. 94–96

em 1763⁸. No plano simbólico, ambas compartilham elementos comuns, como a presença de edifícios religiosos e administrativos proeminentes, mas na América Espanhola a monumentalidade das praças e edifícios civis traduzia o ideal de ordem e poder da Coroa⁹ enquanto na América Portuguesa a arquitetura se desenvolveu mais em função das ordens religiosas e das necessidades mercantis¹⁰.

Portanto, enquanto as cidades espanholas foram majoritariamente planejadas segundo um modelo normativo uniforme, formando uma rede urbana coesa, as cidades da América Portuguesa cresceram de forma mais adaptativa e pragmática, em resposta às oportunidades econômicas, condições geográficas e conjunturas políticas locais. Essa diferença estrutural explica, em grande parte, as distintas morfologias urbanas e os diferentes papéis políticos e econômicos desempenhados por cada tipo de cidade no período colonial¹¹

Desde o período colonial, a formação urbana de Mato Grosso esteve intimamente ligada às dinâmicas econômicas e políticas impostas pela Coroa portuguesa e, posteriormente, pelo Estado imperial. A fundação de núcleos como Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, no século XVIII, resultou da necessidade de controle territorial e da exploração mineral — especialmente o ouro — que atraiu contingentes de colonos, missionários e escravizados africanos. Essas cidades nasceram com funções administrativas e defensivas, voltadas mais para a manutenção da soberania portuguesa sobre as fronteiras do que para o desenvolvimento urbano em sentido pleno.

Durante o Império, embora houvesse esforços para integrar a província ao restante do país, Mato Grosso permaneceu em grande medida isolado, com economia pouco diversificada e infraestrutura precária, fatores que retardaram seu processo de modernização. Com o advento da República e, sobretudo, nas primeiras décadas do século XX, o Estado mato-grossense passou a experimentar transformações lentas, porém significativas, no campo político e urbano. A centralização administrativa promovida pela

⁸ LOCKHART, James; SCHWARTZ, Stuart. *Early Latin America: A History of Colonial Spanish America and Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 161–165

⁹ SCHWARTZ, Stuart B. *Sovereignty and Society in Colonial Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973, p. 88–89.

¹⁰ HARDOY, Jorge E., op. cit., p. 119–121

¹¹ REIS FILHO, Nestor Goulart, *Imagens de Vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo, Edusp, 2000.

Revolução de 1930 e o fortalecimento do Estado Nacional sob Getúlio representaram um novo capítulo na história de Mato Grosso.

A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS NA URBANIZAÇÃO DE CUIABÁ NOS ANOS 1930.

A década de 1930 representou um marco de profundas transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil, especialmente a partir da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder. O novo regime implantado, de caráter centralizador e modernizador, buscava integrar as regiões brasileiras ao projeto de construção de um Estado nacional mais coeso, promovendo o fortalecimento das capitais estaduais e incentivando a formação de uma identidade urbana e industrial. Nesse contexto, as políticas governamentais exerceram papel decisivo na reconfiguração urbana de Cuiabá, capital de Mato Grosso, cidade até então marcada por um ritmo lento de crescimento e por estruturas coloniais ainda predominantes.

As políticas varguistas, inspiradas em princípios de nacionalismo econômico e de intervenção estatal, refletiram-se de maneira diferenciada nas cidades do interior do país. Em Cuiabá, os investimentos federais e estaduais voltaram-se, sobretudo, para a melhoria das infraestruturas básicas, como saneamento, abastecimento de água, transportes e energia elétrica. Essas medidas visavam não apenas modernizar o espaço urbano, mas também consolidar o poder do Estado central em regiões periféricas e de difícil acesso, como o Centro-Oeste brasileiro. A criação de órgãos administrativos e o incentivo à burocratização contribuíram para a presença mais efetiva do poder público no cotidiano urbano.

Nesse período, observa-se a implantação de obras públicas que transformaram a paisagem urbana cuiabana. A construção e a pavimentação de ruas, a edificação de prédios públicos e a expansão dos serviços de comunicação — como o telégrafo e, posteriormente, o rádio — inseriram Cuiabá em um circuito mais amplo de modernidade. Conforme apontam estudos de autores como Nicolau dos Santos e Maria de Lourdes Bandeira, a modernização urbana das capitais brasileiras durante o Estado Novo não se restringiu a aspectos materiais, mas também envolveu um discurso simbólico de progresso e civilização. Em Cuiabá, esse discurso foi reforçado pela elite local, que

buscava associar a capital a uma imagem de cidade moderna e alinhada ao projeto nacional.

Outro aspecto importante foi a política de integração territorial, que pretendia reduzir o isolamento das regiões interioranas. A construção de estradas de rodagem e a melhoria das vias fluviais, embora ainda incipientes nos anos 1930, constituíram iniciativas estratégicas para conectar Mato Grosso aos grandes centros econômicos do país. Essas medidas foram fundamentais para o crescimento posterior da cidade, pois possibilitaram o escoamento da produção agropecuária e o fluxo de pessoas e mercadorias, impulsionando a urbanização e o surgimento de novos bairros.

Contudo, a modernização cuiabana da década de 1930 ocorreu de maneira desigual. Enquanto o centro da cidade recebia investimentos e melhorias, as áreas periféricas permaneciam marcadas por carências estruturais e pela ausência de políticas habitacionais efetivas. A urbanização, portanto, consolidou-se como um processo excludente, refletindo as contradições sociais do período. A lógica modernizadora do Estado Novo, embora propagada como instrumento de progresso, favoreceu majoritariamente os interesses das elites locais e regionais, reproduzindo desigualdades históricas.

Em síntese, as políticas governamentais da década de 1930 exerceram influência determinante na configuração urbana de Cuiabá, inserindo a cidade em um processo de modernização material e simbólica alinhado aos ideais do governo Vargas. O período marcou o início de uma nova etapa na história urbana cuiabana, caracterizada pela centralização administrativa, pela valorização das obras públicas e pela tentativa de integração nacional. Ainda que permeadas por contradições, essas ações lançaram as bases para as transformações urbanas que se consolidariam nas décadas seguintes, especialmente com a interiorização do desenvolvimento brasileiro no pós-guerra.

A urbanização de Cuiabá nos anos 1930 deve ser compreendida como parte de um movimento nacional de modernização impulsionado pelo Estado varguista. As políticas governamentais, ao introduzirem novas formas de planejamento e administração urbana, transformaram a cidade em um espaço de afirmação do poder público e de reconfiguração simbólica da modernidade. As obras de infraestrutura, os investimentos em saneamento,

energia e comunicações e a centralização administrativa foram expressões concretas da tentativa de integrar Mato Grosso ao projeto de construção de um Brasil unificado e PROGRESSISTA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre a urbanização na América, desde a formação das primeiras cidades litorâneas até a expansão em direção ao interior, revela um processo profundamente marcado por fatores econômicos, políticos e culturais. A configuração espacial do continente revelou dinâmicas distintas entre as áreas colonizadas por espanhóis, portugueses e outras potências europeias, mas que, em linhas gerais, obedeceram a uma lógica de exploração e controle territorial em um período histórico onde a economia mercantil reinava nos países europeus. O processo de colonização só se efetivou pelo predomínio das economias mercantilistas vigentes neste período histórico.

As cidades litorâneas surgiram como pontos de apoio ao comércio ultramarino, articulando o fluxo de riquezas entre o Novo Mundo e a Europa, ao mesmo tempo em que funcionavam como centros administrativos e de poder colonial.

À medida que a ocupação avançou para o interior, novos núcleos urbanos foram sendo formados, muitas vezes vinculados à mineração, à pecuária e ao avanço das fronteiras econômicas. Esse movimento expressa a transição de uma urbanização de caráter extrativista e dependente do litoral para uma configuração mais complexa, que integrou diferentes regiões e consolidou redes internas de circulação e abastecimento. No caso do Brasil e de outras áreas da América portuguesa e espanhola, essa interiorização esteve associada à formação de vilas e povoados que serviram de base para a estruturação política e social das futuras nações independentes.

Portanto, compreender o processo de urbanização na América é compreender também a formação de sua sociedade, marcada pela herança colonial, pelas desigualdades estruturais e pela adaptação de modelos europeus a realidades locais diversas.

O espaço urbano americano, desde o período colonial até a modernidade, revela-se como resultado de uma longa trajetória histórica que uniu o litoral e o interior em uma

mesma lógica de dominação, resistência e transformação, compondo um mosaico urbano que ainda hoje expressa as contradições e permanências desse passado.

NOTAS

1. *Ordenanzas de Descubrimiento, Nueva Población y Pacificación*, de 13 de julho de 1573, promulgadas por Felipe II. O documento regulamentava a fundação e a organização de povoados e cidades no território americano.
2. HARDOY, Jorge E. *Ciudades precolombinas y coloniales de América Latina*. Buenos Aires: Infinito, 1991, p. 115–118.
3. MUMFORD, Jeremy. *Vertical Empire: The General Resettlement of Indians in the Colonial Andes*. Durham: Duke University Press, 2002, p. 62–68.
4. REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 25–27.
5. SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 101–102.
6. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995, p. 94–96.
7. LOCKHART, James; SCHWARTZ, Stuart. *Early Latin America: A History of Colonial Spanish America and Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 161–165.
8. SCHWARTZ, Stuart B. *Sovereignty and Society in Colonial Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973, p. 88–89.
9. HARDOY, Jorge E., op. cit., p. 119–121.
10. REIS FILHO, Nestor Goulart, op. cit., p. 43–44.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. *A cidade, a montanha e a floresta*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Cultura e política no Brasil: a década de 1930*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BORGES, Maria Celestina de Souza. *Cuiabá: a cidade e o urbano na Primeira República (1889–1937)*. Cuiabá: EdUFMT, 2002.
- BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- COSTA, João Paulo Oliveira e. *O Brasil de Pombal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2015.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790–1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREIRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*, Editora Companhia Nacional, Coleção Brasiliana, 1936
- GOMES, Ângela de Castro. *O Brasil de Getúlio (1930–1945): os anos de mudança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- HARDOY, Jorge E. *Ciudades precolombinas y coloniales de América Latina*. Buenos Aires: Infinito, 1991.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo II. Lisboa: Livraria Portugália, 1950.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666–1715*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife: Massangana, 1987.

- MONBEIG, Pierre. *Os Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MUMFORD, Jeremy. *Vertical Empire: The General Resettlement of Indians in the Colonial Andes*. Durham: Duke University Press, 2002.
- PETRONE, Pasquale. *A cidade de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec. REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 2000.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- SANTOS, Milton. *A urbanização desigual*. São Paulo: EDUSP, 2012.
- SANTOS, NICOLAU DOS José. *Cuiabá: a construção da cidade moderna (1920–1945)*. Cuiabá: EdUFMT, 2010.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550–1835*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Urbanização e cidade: perspectivas teóricas e processos urbanos*. São Paulo: Contexto, 2017.
- ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1990